

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o **CARF**

31/10/2015

O Globo

Juíza não sabia que filho de Lula seria intimado

O Globo - 31/10/2015

Responsável pela Zelotes diz ter autorizado devassa em empresas

Brasília

A juíza Célia Regina Ody Bernardes, que está a frente da Operação Zelotes, divulgou nota, escrita na última quinta-feira, dizendo que não tinha conhecimento de que a Polícia Federal iria intimar Luis Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, para prestar depoimento. O texto foi escrito dois dias depois de O GLOBO revelar que a PF iria interrogar o filho de Lula. Até aquele momento, no entanto, a juíza não tinha recebido comunicado oficial da polícia sobre a intimação. Luis Claudio foi intimado na noite da última terça-feira, depois de sair da festa de aniversário do pai. A PF não precisa avisar a Justiça sobre intimações a pessoas investigadas.

Também em nota, divulgada ontem, a juíza Célia Regina informou que autorizou a Polícia Federal a fazer uma devassa nos computadores e todos os demais documentos encontrados na LFT Marketing e em outras duas empresa de Luis Claudio.

Na última segunda-feira, a Polícia Federal fez busca e apreensão na sede da LFT Marketing, Touchdown Promoção de Eventos Esportivos e na Silva e Cassaro Corretora de Seguros, todas de Luis Claudio.

As buscas foram pedidas pelos procuradores José Alfredo de Paula e Raquel Branquinho e autorizadas por Célia Regina. "Em relação a todo o material apreendido no dia 26/10/15, determinei o afastamento do sigilo fiscal, bancário e sobre o fluxo de comunicações e de dados em sistemas de informática e telemática de todo o material apreendido, de maneira que a Polícia Federal possa examinar computadores e mídias, e, se for o caso, sujeitá-los à perícia", afirma a juíza.

A partir da Operação Zelotes, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Receita Federal investigam suposta compra de medidas provisórias pela Mitsubishi e pela Cacao, representante da Hyundai, por intermédio da Marcondes e Mautoni, empresa de lobby. Após receber mais de R\$ 16 milhões das duas montadoras, a Marcondes e Mautoni fez pagamentos da ordem de R\$ 1,5 milhão para a LFT Marketing.

O Ministério Público achou estranho o pagamento da empresa de lobby para a empresa de marketing esportivo e decidiu abrir uma nova frente de investigação na Zelotes, até então restrita a venda de decisões do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) para bancos e grandes empresas. Entre os investigados nesta parte da investigação estão Santander, Bradesco, Mitsubishi, Gerdau, RBS, Light, Safra, HSBC, JBS, BRF, Via Engenharia e Suzano.

Projeto fixa limites para a dívida pública

O Globo - 31/10/2015

Texto vai à discussão na comissão de assuntos econômicos

Martha
BRASÍLIA

Beck

OPERAÇÃO ZELOTES
O CUSTO FISCAL DO CARF

-Brasília- o esquema de venda de decisões a grandes contribuintes por parte dos integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) tirou bilhões dos cofres públicos. Levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), com base em dados fornecidos via Lei de Acesso à Informação, mostra que, em 2013, apenas 28,8% do crédito questionado no conselho foram mantidos, ou seja, a União ganhou a causa.

Em 2014, o número subiu para 41,9%, mas ainda ficou distante do que poderia ter sido arrecadado, caso o esquema de corrupção revelado pela Operação Zelotes não tivesse revertido decisões e multas aplicadas.

Em valores, dos R\$ 106,7 bilhões em créditos julgados em 2013, apenas R\$ 30,7 bilhões ficaram com a União. Em 2014, quando o montante questionado foi maior, R\$ 157 bilhões, a Receita Federal obteve ganhos de causa equivalentes a R\$ 65,8 bilhões.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se pronunciou sobre o levantamento. (Bárbara Nascimento)

Folha de S. Paulo

Lula se queixa a Dilma de atuação da Polícia Federal

Folha de S. Paulo - 31/10/2015

Em jantar com a presidente Dilma Rousseff na quinta-feira (29), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez críticas à Operação Zelotes, da Polícia Federal, e disse que é preciso estar atento ao que chamou de "onda de criminalização" contra eles.

O encontro, no Palácio da Alvorada, ocorreu na mesma semana em que o petista, em conversas com aliados e auxiliares, manifestou indignação e responsabilizou sua sucessora pela operação de busca e apreensão na empresa LFT Marketing Esportivo, que pertence a

seu filho Luis Cláudio Lula da Silva.

Na nova fase da Operação Zelotes, que apura esquema de pagamento de propina a integrantes do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), foi preso Mauro Marcondes, sócio da Marcondes e Mautoni. Em 2014, o escritório contratou a LFT Marketing Esportivo por R\$ 2,4 milhões.

Diante da queixa no jantar, Dilma deu sinais de solidariedade em relação ao desabafo de seu antecessor, mas evitou fazer comentários sobre a atuação da Polícia Federal.

Além de Dilma e Lula, participaram do jantar os ministros Jaques Wagner (Casa Civil) e Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) e o presidente do PT, Rui Falcão.

Na tentativa de evitar um novo mal-estar com Dilma, Lula explicou à presidente declaração feita no mesmo dia, em reunião do Diretório Nacional do PT, de que ela adotou no segundo mandato discurso diferente do encampado durante a campanha eleitoral de 2014.

Segundo ele, foi necessário deixar claro aos eleitores que votaram no partido que houve mudanças na postura do Planalto devido a fatores que não estavam ao alcance do governo, como a crise econômica e política

Ainda no jantar, Lula defendeu uma maior aproximação do Planalto com o PMDB e com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que ameaça dar prosseguimento a pedido de impeachment contra a presidente.

O petista contou ter recebido um telefonema de Cunha na terça-feira (27), dia do seu aniversário, quando os dois combinaram de se encontrar em breve.

Segundo a Folha apurou, o ex-presidente recomendou ainda que Dilma mantenha o vice-presidente, Michel Temer, ocupado. Segundo seus aliados, Lula insiste para que Temer seja valorizado e cumpra novas tarefas numa tentativa de evitar seu afastamento do governo.

A sugestão ocorreu horas depois de Temer lançar um documento do PMDB com críticas à gestão econômica do governo.

Em almoço com a bancada federal do PC do B na quinta, Lula defendeu mudanças na política econômica. Segundo ele, chegou a hora de adotar medidas "mais ousadas" e repetir a linha econômica adotada pela sua administração à frente do Planalto.

Na avaliação dele, assim como em 2008, o país pode superar a atual crise com o aumento do consumo.

Nesta sexta-feira (30), a presidente Dilma Rousseff cancelou viagem oficial após sua mãe, Dilma Jane Silva, de 92 anos, apresentar um mal-estar.

Em maio, ela foi internada após ter apresentado sintomas de um ataque isquêmico transitório, uma perturbação no funcionamento do cérebro pela falta de irrigação de sangue, o que pode levar a derrame.

Correio Braziliense

E-mail aponta propina para parlamentares

Correio Braziliense - 31/10/2015

Em troca de mensagens interceptadas pela Polícia Federal, cobrança de US\$ 1,5 milhão revela que deputados e senadores, cujos nomes não foram revelados, estavam envolvidos em negociação fraudulenta da MP 471. Montadoras e lobistas negam Mensagens de correio eletrônico investigados na Operação Zelotes apontam que deputados e senadores deveriam receber uma parte de dinheiro de propina para negociação na Medida Provisória nº 471. De acordo com a força-tarefa do caso, a norma criada para estender benefícios fiscais para montadoras de automóveis, foi "comprada" por um grupo de lobistas contratado pelas fábricas da MMC Mitsubishi e Caoa Hyundai no Brasil. Os empresários e os operadores negam.

Relatório da Polícia Federal, no entanto, afirma que as montadoras passaram a ser inadimplentes aos escritórios do "consórcio" de lobby, formado pelo Marcondes & Mautoni, de Mauro Marcondes, pelo lobista Alexandre Paes Santos, o APS, e pela SGR Consultoria Empresarial, do ex-integrante do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) José Ricardo Silva. Um relatório apreendido pela força-tarefa mostra os lobistas reclamando de que havia pagamento em atraso, o que prejudicava a quitação de compromissos com os "colaboradores".

A MP foi aprovada em 2010. Em 15 de outubro daquele ano, às 16h54, uma pessoa identificada como Raimundo Lira manda um e-mail para a secretária de Marcondes. Para a PF, o verdadeiro cobrador é o ex-suplente de deputado Halysson Carvalho (PMDB-PI), que utilizaria um nome falso. "Peço-lhe que intervenha nos honorários dos quais a MMC vem pagando e a Caoa, não; os deputados e senadores dentre os escritórios e outros os quais não convêm (sic) citar nomes, agora", disse o cobrador. Ele afirma que Marcondes "alega ter entregado a pessoas do atual governo, PT, a quantia de R\$ 4 milhões". No entanto, a mensagem, supostamente de autoria de Halysson, diz que isso "não é verdade", mas desculpa para não fazer os pagamentos.

Ele estipula um prazo seis dias para o pagamento de US\$ 1,5 milhão. Caso contrário, ameaça distribuir um dossiê a partidos de oposição e à imprensa sobre ilegalidades em benefício das duas montadoras. A secretária de Marcondes encaminha a mensagem para o chefe.

"Estarrecedora" De acordo com a Polícia Federal, a extorsão revela destinatários da propina. "Embora a ameaça possa parecer um pouco fora de contexto, na verdade ela

confirma a possível corrupção para aprovação da citada MP 471", diz relatório da PF. "Os dados constantes delas são verossímeis e não fogem à realidade", continua. "O próprio valor comentado de R\$ 4 milhões de reais que bate com o comentado no "Café: Gilberto Carvalho" (anotação manuscrita apreendida) que integrava o governo do PT (também mencionado), por ser esse o então chefe de gabinete da Presidência." Na interpretação da mensagem, a polícia narra que o cobrador "pede a intervenção junto ao Mauro Marcondes, para pressionar a Caoa a pagar os honorários devidos aos deputados e senadores e escritórios".

Em outra mensagem de e-mail, considerada "estranha" pela PF, José Ricardo passa aos sócios Eduardo Valadão e APS orientações "para aplacar a sanha de cobrança dos parlamentares envolvidos na aprovação da Medida Provisória na Câmara dos Deputados explicando que os pagamentos dos "acertos" seguiriam um "fluxo normal". "O que indica a possível corrupção de então parlamentares que ainda não foram identificados", continua o relatório da polícia.

A PF e o Ministério Público não identificaram, pelo menos até agora, o nome dos parlamentares envolvidos. Na quinta-feira, o Correio revelou que o então deputado Moreira Mendes (PSD-RO) redigiu emendas na MP 512, sugeridas por pessoas ignoradas, que permitiram à Ford e à MMC se livrarem de R\$ 3,2 bilhões em multas no Carf. O ex-parlamentar disse que fez as modificações "sem nenhum tipo de compromisso".

Marcondes e a mulher; APS; José Ricardo; e Halysson foram presos na quarta fase da Operação Zelotes, na segunda-feira.

Lobby legalA Caoa Hyundai disse ao Correio que mensagens em poder da PF mostram que a empresa "jamais realizou qualquer pagamento" para "interferir" ilegalmente na aprovação da MP 471. Ela contratou a Marcondes & Mautoni cujo dono é um conhecido consultor do setor. Em 2014, ano em que a Caoa pagou R\$ 8,4 milhões ao escritório, Mauros Marcondes passou a "a apoiar e aconselhar" a montadora "em diversos assuntos do setor automobilístico". "A Caoa reitera o seu compromisso com a ética, e repudia qualquer ato de corrupção", afirma a nota.

A MMC Mitsubishi disse que não comentaria o caso. Na quinta-feira, ela disse ao jornal que contratou a M&M para fazer "estudos" sobre benefícios fiscais. A Casa Civil da Presidência e o PT não prestaram esclarecimentos à reportagem, assim como a defesa de Marcondes. Em depoimento à PF, Gilberto Carvalho disse que, sobre a anotação do café, ele não estava no país em 26 de novembro de 2009, mas em Roma. A assessoria dele disse ontem que o ex-ministro reitera nota que refutou pagamento de qualquer vantagem ilegal e afirmou ter patrimônio compatível com a renda.

O advogado de APS, Marcelo Leal, tem dito que as atividades de seu cliente eram lícitas. A defesa de José Ricardo não foi localizada. O advogado de Halysson, João Alberto Soares, diz que seu cliente não é o autor do e-mail. "Halysson não conhece e nunca teve contato com nenhum membro da MMC e da Caoa", disse ele ao Correio. "Seu nome apareceu no processo por dedução ilógica do delegado."

"Embora a ameaça possa parecer um pouco fora de contexto, na verdade ela confirma a possível corrupção para aprovação da citada MP 471" Trecho do relatório sobre a investigação conduzida pela Polícia Federal

Postura firme nas decisões

Correio Braziliense - 31/10/2015

NATÁLIA
EDUARDO MILITÃO

LAMBERT

A magistrada que colocou em constrangimento a família do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mandou devassar as contas do filho dele Luís Cláudio Lula da Silva é tida por colegas como uma profissional séria, competente, corajosa e de ideias progressistas. A atuação da juíza substituta da 10ª Vara Federal de Brasília Célia Regina Ody Bernardes (em primeiro plano na foto) na Operação Zelotes, da Polícia Federal, tem recebido apoio nas redes sociais e rendido elogios, inclusive, do magistrado responsável pela Lava-Jato no Paraná, Sérgio Moro. Uma página de apoio, criada na última quinta-feira, tinha 183 seguidores até a noite de ontem.

Ao assumir a quarta fase da Zelotes, Célia Ody, já na primeira decisão, reverteu uma tendência mais branda no caso: a de serem rejeitadas determinadas prisões preventivas. As queixas de delegados da PF e de procuradores do Ministério Público vinham desde a primeira fase da operação por causa de negativas do então juiz da 10ª Vara Federal de Brasília Ricardo Leite. Na PF, havia ainda a preocupação de que a disputa interna - que se tornou pública - servisse de base para advogados dos investigados obterem a nulidade da operação. A Zelotes apura perdas de R\$ 5 bilhões em um total de R\$ 19 bilhões de créditos tributários em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da Fazenda, espécie de "tribunal" contra multas e cobranças de impostos aplicadas pela Receita Federal.

Integrante da Associação Juízes para a Democracia (AJD), entidade de esquerda cujos integrantes tendem a ser contrários às prisões preventivas, Célia Ody surpreendeu pela postura firme em relação ao mandado de busca e apreensão nas empresas do filho de Lula, em que determinava até revista corporal, se necessário. "Sou juíza federal substituta, atualmente em auxílio à 10ª VF/SJDF por prazo indeterminado (.) Enquanto permanecer inalterado o ato do Presidente do TRF1 que me designou, eu sou a única juíza com atribuição para os procedimentos judicializados da Operação Zelotes", ressaltou, por meio de nota.

Filha de Acácio Bernardes e Maria Célia Ody Bernardes, a magistrada cresceu em Blumenau. cursou o ensino fundamental no Colégio Sagrada Família, entre 1981 e 1988, e o ensino médio na Escola Técnica do Vale do Itajaí, entre 1989 e 1991. O irmão mais novo, Napoleão Bernardes Neto, é prefeito da cidade, tendo

sido eleito em 2012 pelo PSDB. Tornou-se advogada pela Universidade Regional de Blumenau (Furb), mestre em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e especialista em direito processual pela Unisul/Rede LFG.

Da dissertação de mestrado defendida em 2005, publicou o livro *Racismo de Estado - Uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault*. Na abertura, cita o escritor Bertold Brecht: "Pedimos expressamente que não achem natural o que sempre acontece. Que nada seja tido por natural neste tempo de confusão sangrenta, de desordem ordenada, de arbitrariedade sistematizada, para que nada disto se mantenha".

Na magistratura desde 2010, a juíza protagonizou outra ofensiva este ano que chamou a atenção. Ainda na 21ª Vara Federal de Brasília, Célia Ody revogou o primeiro ato do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, no cargo: a possibilidade de passagens aéreas na classe executiva para procuradores. Em 29 de setembro, a magistrada suspendeu a aplicação do artigo 20 da portaria ao entender que o benefício viola o princípio da moralidade. "O ato normativo impugnado é expressão do mais arcaico patrimonialismo, da privatização dos lucros e da socialização dos prejuízos, bem como da repugnante prática da auto concessão de privilégios por parte das castas burocráticas às custas dos cidadãos pagadores de tributos", afirmou na decisão.

"Ela (Célia Ody) é corajosa, questionou o Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos na Organização dos Estados Americanos (OEA) por causa das obras da Hidrelétrica de Teles Pires (na fronteira dos estados do Pará e do Mato Grosso)", lembrou um magistrado que acompanhou o caso em março do ano passado. Na prática, o país vem utilizando uma lei da ditadura que derrubaria direitos constitucionais de povos indígenas e também os relativos ao meio ambiente. Decisões judiciais assim se baseiam na "suspensão de segurança" para suspender de forma monocrática decisões de primeira instância com o argumento de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

A decisão proferida pela juíza foi reforçada pelo desembargador federal Antônio Souza Prudente, que já havia confirmado a medida defendida por Célia Ody antes da suspensão de segurança do então presidente do TRF.

Servidores que conhecem descreveram-na como uma pessoa simpática e comprometida com o trabalho. No Ministério Público, é considerada "ótima" e "excelente", segundo relatos colhidos pelo jornal. Ontem à noite, a reportagem procurou Célia e a assessoria da Justiça Federal, mas não encontrou a magistrada e os assessores de comunicação.

[01/11/2015](#)

A Folha de São Paulo

E-mail indica que Nardes tratou de consultoria após entrar no TCU

Folha de S. Paulo - 01/11/2015

MINISTRO DIZ QUE DEIXOU COMPANHIA EM 2005, MAS FOI REMETENTE DE AVISO SOBRE ELA EM 2006

Empresa Planalto recebeu R\$ 2,6 mi de escritório suspeito de corromper conselheiros vinculados à Fazenda

MARINA
RUBENS
DE BRASÍLIA

DIAS
VALENTE

Uma investigação da Polícia Federal indica que o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes foi acionado para tratar de assuntos da empresa de consultoria Planalto quando já ocupava uma cadeira na corte. A firma é investigada sob suspeita de fraude fiscal.

Os indícios, datados de novembro de 2006, contradizem a versão de Nardes, que afirmou ter se afastado completamente em maio de 2005 da empresa, da qual era sócio, para assumir a vaga no TCU.

A Planalto Soluções e Negócios, registrada em nome do sobrinho do ministro, Carlos Juliano Nardes, e de Clorimar Piva, é investigada na Operação Zelotes, que apura suposto esquema de propina no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), vinculado ao Ministério da Fazenda.

Segundo os investigadores, Nardes e o sobrinho receberam R\$ 2,6 milhões da SGR Consultoria, que teria corrompido conselheiros do Carf para favorecer empresas.

Os dados deram origem, a pedido do Ministério Público Federal de Brasília, a inquérito que tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) desde 21 de outubro, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia.

A menção a Nardes, porém, já aparece nos autos da Operação Aqueronte, iniciada pela PF em 2006, que não chegou a ser desencadeada. Isso porque havia suspeitas sobre pessoas com foro privilegiado e o caso seguiu para o STF, onde acabou arquivado pelo ministro Luiz Fux, em 2012.

A movimentação do processo mostra que a Procuradoria-Geral da República voltou a consultar os autos em setembro deste ano. Ali, João Augusto Nardes surge como interlocutor de Piva e Carlos Juliano, em documentos coletados com autorização judicial.

Segundo o e-mail ao qual a Folha teve acesso, Piva pediu, a uma pessoa que a PF identifica como Nardes, ajuda para renovar contrato de uma empresa gaúcha vencedora de licitação no valor de R\$ 25 milhões no Ministério da Saúde. O objetivo era a confecção de cartões do SUS.

Em e-mail a "caro João Augusto", enviado em 27 de novembro de 2006 a endereço que a PF afirma ser do ministro, Piva diz que é preciso "renovar o contrato" da empresa, "uma vez que o prazo expira em 31/12/06". E escreveu: "Temos até quarta para tentar solucionar o problema".

Piva diz que a Saúde não liberou os nomes para a empresa fazer o serviço e "resolveu licitar a confecção de cartões "provisórios", com data marcada para 04/12/06". E completa: "Parece que tem outros interesses envolvidos. A empresa EGEL é séria, comprou equipamentos quando venceu a licitação e agora corre o risco de perder o contrato".

Na documentação a que a reportagem teve acesso, não aparece uma eventual resposta de Nardes.

O Globo

Coluna - Elio Gaspari

O Globo - 01/11/2015

A metamorfose da operação zelotes

Em março do ano passado, quando começou, a Operação Lava-Jato investigava uma rede de doleiros e sua lavanderia de dinheiro. As prisões do operador Alberto Youssef e de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, resultaram na descoberta do maior escândalo de corrupção já visto no país. A Operação Zelotes, deflagrada em março deste ano, investigava a venda de sentenças e manobras no Conselho de Administração de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda. Um braço das investigações levou a Polícia Federal e o Ministério Público à salsicharia onde se embalam Medidas Provisórias.

Se a juíza Célia Bernardes, da 10ª Vara Federal de Brasília, estiver no mesmo caminho de seu colega Sérgio Moro, a Zelotes se transformará numa Serra Pelada da corrupção. Ela foi o maior garimpo de ouro a céu aberto do mundo.

A expansão das investigações da Zelotes é uma novidade, e nos poucos passos que a juíza deu percebe-se que sabe de onde vem o cheiro do feijão. Ela associou um pleito que estava no Carf a gatos colocados em Medidas Provisórias. Bingo.

À primeira vista, os pixulecos do Carf nada teriam a ver com os embutidos das Medidas Provisórias. Na realidade, são uma modalidade refinada. O recurso ao Carf paralisa a cobrança da autuação da Receita até sabe-se lá quando. Se alguém conseguir mexer na lei que ampara a autuação, o caso acaba, sem que o sonegador tenha que pagar um só centavo. Uma Medida Provisória que está sendo investigada, relacionada com matéria tributária, teve 400 emendas, e seu relator foi o deputado Eduardo Cunha.

Está na cadeia o ex-conselheiro José Ricardo da Silva, irmão de uma conselheira e filho de um ex-secretário-adjunto da Receita. Na advocacia auricular que beneficiou montadoras de veículos, estava no lance Alexandre Paes dos Santos, o APS, um dos mais notórios lobistas de Brasília. Ele também está preso.

Desde abril conhece-se a frase do conselheiro Paulo Roberto Cortez apiedando-se dos "coitadinhos" que pagam impostos e não recorrem ao Carf: "Quem não pode fazer acordo, não é acordo, é negociata, se fode". À época, o juiz que estava no caso recusou-se a prender quatro suspeitos.

Os pixulecos podem produzir um ben carson

Na semana passada, apareceram duas pesquisas. Nos Estados Unidos, o neurocirurgião Ben Carson, um conservador que nunca disputou eleição e simboliza a repulsa ao andar de cima do seu partido, ultrapassou o milionário Donald Trump na preferência dos republicanos. Tinha 23% em agosto e está com 28%. Nessa mesma pesquisa, Jeb Bush, ex-governador da Flórida, neto de senador, filho e irmão de ex-presidentes, tinha 8% e caiu para 5%. Como a eleição será no ano que vem, Carson pode capotar.

Noutra pesquisa, no Brasil, o Ibope mostrou que todos os candidatos das últimas quatro eleições presidenciais têm um índice de rejeição na faixa dos 50%, do tipo "não votaria nele de jeito nenhum". Lula era rejeitado por 33% em maio de 2014 e está com 55%, Geraldo Alckmin, com 52%, e Marina Silva tem 50%. Aécio Neves ficou na margem de erro, com 47%.

No Brasil, a situação dos políticos está pior do que nos Estados Unidos. A presidente reelegeu-se com patranhas e pedaladas, produziu um rombo de R\$ 110 bilhões, atirando o país numa crise econômica na qual corre o risco de ter taxas de inflação e desemprego acima de 10%.

Diante de tamanho desastre, pode-se perguntar a causa da rejeição dos opositoristas. Simples: eles elegeram Eduardo Cunha para a presidência da Câmara, apoiam discretamente sua permanência no cargo, e muitas Medidas Provisórias com seus jabutis escandalosos são aprovadas por acordos de lideranças do tipo me dá o meu que te dou o

teu.

Carimbado

Eli

Gaspari

Alexandre Paes dos Santos, o APS, preso em Brasília por causa das traficâncias ocorridas na gestação da Medida Provisória da indústria automotiva, é figurinha carimbada.

Em 2001, durante o tucanato, teve sua prisão pedida pelo Ministério Público; porém, ela foi negada pela Justiça. Nessa época, ainda não se popularizara a expressão pixuleco, mas no plantel dos mimados por APS estavam parlamentares, secretárias e até o motorista de um assessor do ministro da Fazenda.

Mudaram os ventos, e em 2006 APS aproximou-se de Fábio Luís da Silva, o Lulinha. Quando ia a Brasília, ele usava uma sala da empresa do doutor. É dessa época o investimento da Telemar na empresa de jogos de Lulinha.

Se APS colaborar com as investigações, sua memória poderá causar um estrago em Brasília maior que o de qualquer similar da Lava-Jato.

Geopolítica

O futuro da Operação Zelotes, com sede em Brasília, permitirá uma avaliação da influência do clima da capital sobre esse tipo de trabalho.

A Lava-Jato funciona em Curitiba, os parentes do juiz Moro e dos procuradores do Ministério Público não convivem com os amigos, advogados e parentes dos encarcerados.

A parentela e a rede de amizades de APS no Congresso, no Judiciário e na imprensa fariam inveja a qualquer empregado.

Madame

Natasha

Madame Natasha ofereceu uma de suas bolsas de estudo ao ministro Eduardo Braga. Num bate-boca em que o senador Ronaldo Caiado o chamava de "safado" e "bandido", ele respondia:

- Safado é Vossa Excelência!

- Bandido é Vossa Excelência!

Natasha crê que, se Braga acha Caiado uma pessoa excelente, não pode dizer esse tipo de coisas. Se não acha, pode chamá-lo de "senhor".

Pezão

É muito provável que o governador Pezão, do Rio de Janeiro, saia intacto do maremoto da Lava-Jato.

Ben

Bernanke

Para quem mexe com papelório ou tem curiosidade para entender crises financeiras, saíram as memórias de Ben Bernanke, o presidente do Federal Reserve Bank durante a crise de 2007 e 2008. Para esse tipo de curioso, é coisa fina. Chama-se "The Courage to Act" ("A Coragem de Agir").

Bernanke é um professor frio como cobra, honesto como um santo e tem o senso de humor de uma maçaneta. Chega a ser chato, mas não deixa um só assunto sem explicação.

Sem nunca ter recebido um tostão da banca, é capaz de dizer que falar mal de banqueiros não faz o seu gênero, "porque eu sei quantas coisas erradas há por aí, inclusive no Fed e nas agências reguladoras".

Depois da crise, Bernanke justificou sua decisão de jogar dinheiro público em empresas atrapalhadas com uma observação memorável: "Não existe ateu em trincheira nem ideólogo em crise financeira". (A primeira parte é de um capelão, seu mérito foi criar a analogia.)

Eremildo,

o

idiota

Eremildo é um idiota e acha que o deputado Eduardo Cunha cometeu um lapso ao dizer que os relatores de Medidas Provisórias ficam com "o ônus da conciliação".

De fato, sempre que se enfia um contrabando numa dessas medidas ocorre uma conciliação entre os interesses de quem leva o gato para a tuba e os de quem o aceita.

O cretino entende que, se um dia lhe dessem uma dessas relatorias, não veria na conciliação um ônus, mas um bônus.

O Estado de S. Paulo

Lula e ex-ministros movimentaram R\$ 300 mi, diz Coaf

O Estado de S. Paulo - 01/11/2015

Reportagem da revista "Época" afirma que relatório do órgão apontou transações atípicas de ex-presidente, Palocci, Pimentel e Erenice Guerra

GUSTAVO AGUIAR

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda, encontrou movimentações financeiras suspeitas ao analisar as transações bancárias do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de três ex-ministros petistas - Fernando Pimentel (Desenvolvimento), Antônio Palocci (Fazenda) e Erenice Guerra (Casa Civil) -, de acordo com informações da revista Época.

Os petistas movimentaram quase R\$ 300 milhões nos últimos anos sem que houvesse justificativa para a entrada do dinheiro, conforme a reportagem.

Os dados foram remetidos à CPI do BNDES na Câmara que investiga irregularidades em contratos assinados com o banco entre 2003 e 2015. Os parlamentares querem saber se membros do PT receberam recursos desviados desses contratos, que concediam empréstimos subsidiados a grupos econômicos.

Lula teria movimentado R\$ 52,3 milhões entre abril de 2011 e maio de 2015. Uma das movimentações que chamaram a atenção do Coaf foi a aquisição do ex-presidente, então com 69 anos, de um título de previdência privada no valor de R\$ 1 milhão. Já a empresa de palestras do ex-presidente recebeu R\$ 27 milhões e transferiu R\$ 25,3 milhões.

As operações bancárias de Palocci são as mais vultosas e somam R\$ 216 milhões entre 2008 e 2015. Segundo a Época, o relatório da Coaf comunica que o ex-ministro da Fazenda fez pelo menos 11 depósitos de valores elevados à empresa Projeto Consultoria, da qual é dono. Depois de deixar o governo Dilma, em junho de 2011, até maio de 2015, a empresa recebeu cerca de R\$ 53 milhões, conforme a publicação.

Nas contas de Pimentel, atual governador de Minas, as operações financeiras alcançam R\$ 3,1 milhões entre 2009 e 2014.

Já Erenice teria movimentado R\$ 26,3 milhões de 2008 a 2015 em contas no nome dela e de terceiros. De acordo com a Época, o escritório da ex-ministra recebeu R\$ 12 milhões nos últimos quatro anos. A revista cita um trecho do relatório da Coaf que menciona o repasse de R\$ 209 mil a Saulo Guerra, filho de Erenice, pagos por Fábio Barakat, suspeito de corrupção e tráfico de influência em contratos com o governo.

Operações. Ao todo, o Coaf examinou as contas bancárias e as aplicações financeiras de 103 pessoas e 188 empresas, em operações que somam aproximadamente R\$ 500 milhões. Segundo o documento, há indícios de irregularidades como transações financeiras incompatíveis, saques em espécie e incapacidade de comprovação da origem legal dos recursos.

As informações devem ajudar a Receita Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público nas investigações da Lava Jato, sobre desvios nos contratos da Petrobrás, da Acrônimo, relacionada a suspeitas de lavagem de dinheiro e corrupção no BNDES, e da Zelotes, que apura fraudes em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Em nota divulgada ontem, o Instituto Lula disse que a revista "criminaliza os fatos" e que os dados foram "vazados criminosamente". "Não há nada de ilegal na movimentação

financeira do ex-presidente. Os recursos são oriundos de atividades profissionais, legais e legítimas de quem não ocupa nenhum cargo público", diz a nota. No site, o instituto postou uma imagem com a capa da revista sobre um carimbo com a palavra "mentira".

A assessoria de Pimentel informou, também em nota, que o governador "apresentará todos os esclarecimentos assim que as informações mencionadas" forem disponibilizadas. "A defesa desconhece a origem e o conteúdo dos documentos, ainda mantidos sob sigilo para as partes", diz a nota.

Convocação. Integrantes da CPI do BNDES, os deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Betinho Gomes (PSDB-PE) defenderam neste sábado, 31, que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ex-ministros Antonio Palocci, Fernando Pimentel e Erenice Guerra sejam ouvidos "imediatamente" pela comissão da Câmara.

Os deputados classificaram como "estranha" a informação publicada pela revista Época deste fim de semana de que, segundo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), chegou a quase R\$ 300 milhões as movimentações sob suspeita dos quatro petistas nos últimos anos.

O Coaf, órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda, encontrou movimentações financeiras suspeitas ao analisar as transações bancárias dos quatro petistas. Os dados foram remetidos à CPI do BNDES na Câmara que investiga irregularidades em contratos assinados com o banco entre 2003 e 2015.

Lula e os ex-ministros são alvo de pedidos de convocação ou de quebra de sigilos bancários, fiscal e telefônicos na CPI. Segundo os integrantes da comissão, pesa contra eles a suspeita de terem usado a instituição financeira para beneficiar grupos econômicos com financiamentos subsidiados.

Para o presidente nacional do PPS, deputado Roberto Freire (SP), o conteúdo do relatório do Coaf "é grave". "Esta é uma situação inconcebível, pois se trata de mais uma denúncia que se acumula sobre o governo de Lula", disse.

Com MPs, País deixa de recolher R\$ 13 bi

O Estado de S. Paulo - 01/11/2015

Normas editadas nos governos Lula e Dilma concederam incentivos a montadoras de veículos e as livraram de dívidas com a Receita

FÁBIO
ANDREZA MATAIS

FABRINI

O Brasil deixará de arrecadar R\$ 13,2 bilhões em tributos até 2020 por conta dos incentivos concedidos pelas três medidas provisórias que estão sob suspeita de terem sido "compradas" por um esquema de lobby e corrupção para favorecer

montadoras de veículos. Desse montante, R\$ 7,6 bilhões é a estimativa do que os cofres públicos terão deixado de recolher apenas entre 2011 - quando a primeira norma entrou em vigor - e o fim deste ano, marcado por forte crise econômica e frustração de receitas.

Os dados, levantados pela Receita Federal a pedido do Estado, mensuram o impacto da renúncia fiscal referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Graças às MPs 471/09, 512/2010 e 627/2013, indústrias - principalmente fábricas de veículos - do Norte, Nordeste e Centro-Oeste conseguiram prorrogar por dez anos a política de redução do valor do tributo a ser recolhido. Os três textos foram editados e aprovados nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

O valor não recolhido até 2020 bancaria, por exemplo, até 245 mil imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida. Corresponde, ainda, à metade do corte no orçamento de programas sociais para 2016.

Além de reduzir o IPI, as montadoras conseguiram se livrar de mais de R\$ 2 bilhões em dívidas tributárias, já que trechos incluídos pelo Congresso na MP 512 durante a votação que a converteu em lei, deram nova interpretação a uma antiga controvérsia das empresas com a Receita. Com isso, como mostrou o portal estadao.com.br, foram anuladas cobranças em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), espécie de tribunal que julga débitos de grandes contribuintes com o Fisco.

Esquema. Segundo investigações da Polícia Federal, Ministério Público e Receita Federal, empresas do setor automotivo teriam pago ao menos R\$ 32 milhões pelos "serviços" de lobistas que atuaram no suposto esquema de corrupção para viabilizar as MPs. O esquema foi revelado pelo Estado em série de reportagens publicada em outubro. O valor é bem aquém dos benefícios bilionários obtidos até agora.

Por conta das suspeitas, a PF prendeu, na última segunda-feira, em nova fase da Operação Zelotes, seis acusados de intermediar os interesses das montadoras. Eles teriam corrompido autoridades do governo e do Congresso para conseguir a edição e a aprovação dos incentivos fiscais. Além disso, atuariam para fraudar os julgamentos no Carf.

A ação também fez buscas numa empresa de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. Luís Cláudio é investigado por receber, por meio de uma de suas empresas, pagamentos de Mauro Marcondes Machado, um dos lobistas presos.

Correio Braziliense

Coaf mira Lula, Palocci e Erenice

Correio Braziliense - 01/11/2015

O órgão identificou movimentações financeiras atípicas nas contas dos três petistas. Operações bancárias do ex-presidente chegam a R\$ 52 milhões

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda, encontrou movimentações suspeitas ao analisar as transações bancárias do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de três ex-ministros petistas - Fernando Pimentel (Desenvolvimento), Antônio Palocci (Fazenda) e Erenice Guerra (Casa Civil). As informações foram publicadas na edição deste fim de semana da revista Época. De acordo com a reportagem, os petistas movimentaram quase R\$ 300 milhões nos últimos anos sem que houvesse justificativa para a entrada do dinheiro. Os dados em questão foram remetidos à CPI do BNDES na Câmara dos Deputados, que investiga irregularidades em contratos assinados com o banco entre 2003 e 2015. Os parlamentares querem saber se membros do Partido dos Trabalhadores receberam recursos desviados desses contratos, que concediam empréstimos subsidiados a grupos econômicos.

Lula teria movimentado R\$ 52,3 milhões entre abril de 2011 e maio de 2015. Uma das movimentações que chamaram a atenção do Coaf foi a aquisição de um título de previdência privada no valor de R\$ 1 milhão. Já a empresa de palestras da maior estrela petista recebeu R\$ 27 milhões e transferiu R\$ 25,3 milhões.

As operações bancárias de Palocci são as mais vultosas e somam R\$ 216 milhões entre 2008 e 2015. Segundo a Época, o relatório da Coaf comunica que o ex-ministro da Fazenda fez pelo menos 11 depósitos de valores elevados à empresa Projeto Consultoria, da qual é dono. Depois de deixar o governo Dilma, em junho de 2011, até maio de 2015, a empresa recebeu cerca de R\$ 53 milhões, conforme dados publicados na reportagem.

Nas contas de Fernando Pimentel, atual governador de Minas Gerais, as operações financeiras alcançam R\$ 3,1 milhões entre 2009 e 2014. Já Erenice teria movimentado R\$ 26,3 milhões de 2008 a 2015 em contas no nome dela e de terceiros. Conforme a revista Época, o escritório da ex-ministra recebeu R\$ 12 milhões nos últimos quatro anos. A revista cita um trecho do relatório da Coaf que menciona o repasse de R\$ 209 mil a Saulo Guerra, filho de Erenice, pagos por Fábio Barakat, suspeito de corrupção e tráfico de influência em contratos com o governo.

Ao todo, o Coaf examinou as contas bancárias e as aplicações financeiras de 103 pessoas e 188 empresas, em operações que somam aproximadamente R\$ 500 milhões. Segundo o documento, há indícios de irregularidades como transações financeiras incompatíveis, saques em espécie e incapacidade de comprovação da origem legal dos recursos.

As informações devem ajudar a Receita Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público nas investigações da Lava-Jato, sobre desvios nos contratos da Petrobras, da Acrônimo, relacionada a suspeitas de lavagem de dinheiro e corrupção no BNDES, e da Zelotes, que

apura fraudes em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O advogado de Palocci, José Roberto Batochio, disse que "não há relação alguma entre o serviço prestado pela Projeto para a Caoa e a aprovação de medidas provisórias". A defesa de Pimentel afirmou que o governador apresentará todos os esclarecimentos assim que as informações forem disponibilizadas nos autos do inquérito e que desconhece a origem e o conteúdo dos documentos. Erenice informou que não fala com a imprensa.

Opção

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini (PT), disse que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda é um nome muito competitivo do PT para a sucessão da presidente Dilma em 2018, "mas não é a única opção".

Odebrecht continua na prisão

O ministro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), rejeitou habeas corpus em favor do empresário Marcelo Odebrecht, preso preventivamente durante a Operação Lava-Jato. Em sua decisão, o magistrado explicou que, "no caso dos autos, não se verifica, portanto, a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão contestada, de modo a justificar o processamento da presente ordem". Marcelo Odebrecht está preso há quatro meses no Complexo Médico-Penal, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

[02/11/2015](#)

IstoÉ Dinheiro

O calvário de Levy

Revista ISTOÉ Dinheiro - 02/11/2015

Prestes a completar um ano no cargo, o ministro da Fazenda mostra desânimo com a falta de apoio da base aliada aos cortes de gastos do governo e sofre com uma sangria fiscal que pode superar R\$ 100 bilhões

Por: Gabriel Baldocchi

As recentes declarações do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, trazem um tom de desabafo. Deixam escapar, com maior frequência, a impressão de um profissional exausto, cansado de repetir diversas vezes os mesmos argumentos para tentar convencer parlamentares e membros do Executivo da importância das reformas que permitam garantir a solidez do Estado. Prestes a completar um ano no cargo, Levy parece, no entanto, mais próximo da estaca zero, lutando pela aprovação de medidas essenciais para estancar a piora das finanças públicas.

A demora em concretizar as alternativas coloca a equipe econômica na constrangedora posição de admitir novas derrotas. Sem poder contar com boa parte do pacote de ajuste, o governo oficializou na terça-feira 27 a previsão de encerrar o ano com um déficit de ao menos R\$ 48,9 bilhões, o segundo seguido. Se incluídas as pedaladas, o rombo pode superar R\$ 100 bilhões. Mais do que escancarar a dificuldade de um acerto político para a questão fiscal, a cifra lança uma ameaça sobre a meta de superávit de 2016 e eleva o risco de que o País perca o grau de investimento por mais uma agência de classificação.

Na terça-feira 27, em apresentação a executivos, em São Paulo, Levy ponderou que a situação ainda não é de desorganização generalizada, mas alertou que há um limite para a resistência da economia. "Precisamos ter coragem de dar uma sacudida geral na economia", afirmou Levy. "Cada dia que passa sem ter uma solução tem um custo." O ministro cobrou mais clareza dos partidos da base sobre as medidas, citando as alterações no projeto de repatriação de recursos do exterior que ajudaria a formar um fundo para a reforma do ICMS, colocando fim à guerra fiscal.

"O projeto está virando outra coisa muito diferente." Trata-se de apenas um exemplo das dificuldades enfrentadas por Levy no Congresso. Desde o início do ano, parlamentares vêm impondo derrotas seguidas às propostas econômicas, como a resistência em aprovar a CPMF, as mudanças feitas no projeto de reforma do sistema de pensões, o fim do fator previdenciário, além da ameaça de derrubar vetos da chamada pauta-bomba. O documento com a nova meta fiscal, enviado ao Congresso no mesmo dia em que o ministro esteve em São Paulo, expressa o desânimo da equipe econômica.

Destaca, por exemplo, a dependência da aprovação da reforma do Conselho Administrativo da Receita Federal (Carf) pelo Congresso e os riscos de um novo rebaixamento da economia brasileira. Como alerta, o texto traz dados que mostram como os países que perderam o selo de bom pagador tiveram uma queda de 65% no volume de investimentos diretos e de 98% nos ingressos financeiros. O documento tenta mostrar que a previsão de déficit se deu como consequência da recessão e que o limite de cortes possíveis foi atingido.

"Um novo contingenciamento criaria sérios riscos ao funcionamento de cada ministério", afirma o texto. Levy prefere usar a linguagem do mercado para esclarecer o esforço: "Para quem gosta dessa metáfora shakesperiana de cortar na carne, nós cortamos na carne." A nova meta negativa da União, de R\$ 51,8 bilhões, representa um déficit de 0,9% do PIB. Se combinada com um esforço de poupança de R\$ 2,9 bilhões por parte de Estados e municípios, levará a um rombo total de R\$ 48,9 bilhões, ou 0,85% do PIB, ante 0,8% de superávit previsto anteriormente.

O buraco, porém, pode ser bem maior porque o cálculo inclui R\$ 11 bilhões em receitas previstas com o leilão de hidrelétricas, que podem não se confirmar. Além disso, o governo deixou aberta a possibilidade de regularizar débitos acumulados com o BNDES e outros programas oficiais do passado, prática que ficou conhecida como "pedaladas fiscais". O passivo é estimado em R\$ 55 bilhões. Para Monica de Bolle, do Instituto Peterson de Economia Internacional, o anúncio praticamente sela um novo rebaixamento

da nota brasileira e a perda do grau de investimento por mais uma agência de classificação de risco.

"O problema é que, agora, para alcançar a meta de 0,7% de superávit em 2016, o governo terá de fazer um esforço de quase 2% do PIB", afirma Monica. "A saída para a questão fiscal não depende dos economistas, só da política." Para o diretor da consultoria de riscos políticos Eurasia Group, João Augusto de Castro Neves, a política brasileira enfrenta uma tempestade perfeita que deve atingir seu auge no primeiro semestre de 2016. "O governo teria de apresentar junto com o déficit reformas para o longo prazo, para criar um argumento positivo", afirma Neves.

"O problema é que para isso precisaria de liderança política." A fragilidade do Planalto deixa margem para uma hostilidade maior a um ministro que precisa aprovar medidas impopulares. E não é só no Congresso que o complexo jogo da política pesa contra o Levy. O ministro tem sido alvo de membros do PT que discordam da condução da política econômica. Em meio aos ataques, sua permanência no cargo é fonte de dúvidas. Na quarta-feira 28, em entrevista a rede CNN, Levy teve de negar mais uma vez que tenha intenção de deixar o governo. Na quinta-feira 29, em reunião do diretório do PT, o ex-presidente Lula fez um mea culpa sobre a política econômica e saiu em defesa do ministro.

"Tem companheiro que fala fora Levy com a mesma facilidade com que falávamos fora FMI", disse Lula. "Não é a mesma coisa." O semblante de exaustão do titular da Fazenda é o retrato de toda uma economia cansada, à espera de um acerto político capaz de deixar a atividade destravar de vez. "Não vejo um cenário melhor até o final de 2016", afirma Fernando Freitas, diretor financeiro da Red Bull. "Anunciar o Orçamento com déficit nos passa uma péssima impressão." Uma das principais preocupações das empresas é a tendência do dólar, que também reflete o cenário de incertezas.

Na quarta-feira 28, o Banco Central americano (Federal Reserve) sinalizou que pode subir os juros em dezembro. O movimento coloca mais pressão sobre as moedas de emergentes porque provoca uma saída de recursos de investidores. O presidente do Conselho de Administração da JBS, Joesley Batista, prevê um cenário de alta continuada do dólar, influenciada também pela desaceleração da China. "Para nós, 10% do impacto do câmbio tem a ver com o problema político e 90% com a China", diz Batista. A JBS deve aproveitar a desvalorização do real para focar as aquisições no Brasil.

Já a BRF, ao mesmo tempo em que se beneficia da alta do dólar no exterior, demonstra preocupação com os custos em moeda estrangeira. "Temos uma pressão de custo das commodities", diz Pedro Faria, presidente da BRF. Faria lembra, porém, que mais importante que o curto prazo são as reformas necessárias para a competitividade do País. "A gente não se sente jogando no mesmo nível de nossos competidores." O ministro Levy também tem batido nessa tecla. Será que os parlamentares vão entender? Para empresas cujos negócios estão mais concentrados no Brasil, o cenário é mais desafiador. Além das pressões inflacionárias, soma-se ainda a queda na demanda.

O próprio governo passou a admitir uma retração maior, de 2,8%, e alguns bancos já

enxergam tombo semelhante em 2016. "Não vamos nos iludir: é um cenário que traz impacto", diz Pedro Moreira Salles, presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco. "Temos visto isso em grandes e médias empresas." Como se pode perceber, as armadilhas que Levy enfrenta são, na verdade, armadilhas contra a situação do Estado brasileiro e cobram um preço da população. Como sintetizou o ministro, em Londres, na quinta-feira 29: " O desemprego e a inflação são sintomas de que o problema fiscal ainda não foi tratado com a energia que precisa ser tratado.

Carta Capital

Holofotes na Zelotes

Revista Carta Capital - 02/11/2015

Escândalo: Ao investigar um filho de Lula e o ex-ministro Gilberto Carvalho, a operação deixa o limbo e ocupa o noticiário

André Barrocal

Até a manhã da segunda-feira 26, a Operação Zelotes era a "prima pobre" dos escândalos de corrupção no Brasil. Enquanto a Lava Jato recebia a atenção quase exclusiva da mídia e revirava o mundo político e econômico, a história do pagamento de propinas por empresas para abater dívidas tributárias, em um esquema estimado em 19 bilhões de reais, vivia relegada a esparsas notas de jornais e breves citações no rádio e na tevê. Salvas as exceções de praxe.

Tudo mudou. E os empresários acusados de oferecer benesses a funcionários públicos em troca da "domesticação" do Leão da Receita só têm a agradecer. As denúncias criminais contra eles não têm prazo para seguir adiante. Já no caso do suposto comércio de leis, novo foco da Zelotes, espera-se algum resultado até antes do Natal, em virtude das prisões decretadas na segunda 26 e das buscas e apreensões autorizadas. Entre os encarcerados por ordem da juíza Célia Regina Ody Bernardes, da 10ª Vara Federal de Brasília, figura José Ricardo da Silva, peça-chave nas apurações. Silva integrava o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão federal no qual se processava o sumiço fraudulento de dívidas, e controla a SGR, empresa que, apontam as investigações, intermediava os contatos entre subornadores e agentes públicos corruptos.

As algemas alcançaram ainda um ex-sócio de Silva, um diretor da associação das montadoras, a Anfavea, e sua mulher, um famoso lobista, Alexandre Paes dos Santos, e um ex-candidato a deputado pelo PMDB do Piauí. Todos unidos pela crença de um delegado da PF e de um procurador que a juíza Bernardes acolheu: os citados negociaram subornos para arrancar do governo e do Congresso a renovação, em 2009, de benefícios fiscais concedidos à indústria automotiva por duas leis dos anos 90. Uma aprovação que interessava particularmente à Mitsubishi e à Caoa, cujos presidentes, Paulo Arantes Ferraz e Carlos Alberto de Oliveira Andrade, respectivamente, foram interrogados no mesmo dia das prisões.

A desconfiança de que houve comércio de leis colocou nos autos do processo e no noticiário um filho e um veterano colaborador do ex-presidente Lula. O delegado da Polícia Federal que comanda as investigações, Marlon Cajado, concentrou-se em Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula por oito anos e ministro de Dilma Rousseff por quatro. Já o procurador José Alfredo de Paula e Silva, da força-tarefa do Ministério Público, mirou Luis Cláudio Lula da Silva.

No relatório de 166 páginas que convenceu a juíza a autorizar as prisões, interrogatórios e buscas, Cajado acusa Carvalho de participar no passado de um "conluio" com o diretor da Anfavea preso, Mauro Marcondes. Segundo o relatório, há poucas dúvidas sobre as negociatas de Marcondes com a Mitsubishi e a Caea para renovar os incentivos fiscais. Idem para sua tentativa de usar Carvalho. Não há, porém, provas ou indícios de que o petista tenha feito algo ilegal ou sido pago. Talvez por isso, o delegado não tenha solicitado à Justiça sua prisão ou interrogatório, nem buscas em sua casa.

Carvalho depôs à PF por conta própria no dia da operação. Em notas e entrevistas, diz que os sigilos fiscal e bancário dele e de sua família estão à disposição. Que não tem medo de ser investigado. Que deixou o governo com o patrimônio de antes. E que virou alvo por causa de "interpretações ridículas" do delegado, como a de que uma anotação achada na empresa de Marcondes ("providenciar presentes para as filhas de Gilberto Carvalho") seria sinônimo de propina. Eram bonecas para duas filhas adotivas do ex-ministro, que conhece Marcondes desde os tempos do Lula sindicalista.

Marcondes também é o problema do filho do ex-presidente. Dados da Receita Federal mostram que, em 2014, sua firma pagou 1,5 milhão de reais à LFT, empresa de marketing esportivo aberta por Luis Cláudio em 2011. Para o procurador José de Paula, o pagamento seria "muito suspeito". Ele pediu buscas na LFT, autorizadas pela Justiça. O pagamento, crê o procurador, estaria ligado à Medida Provisória 627, assinada por Dilma Rousseff em novembro de 2013 para desfazer um imbróglio jurídico sobre a tributação de multinacionais brasileiras. Hipótese esquisita. A MP foi editada quase um ano antes do pagamento à LFT. O dispositivo favorável ao setor automotivo não estava na MR Foi inserido posteriormente pelo Congresso. Luis Cláudio não tem poder em Brasília. Ao justificar os pagamentos, seus advogados dizem que a LFT prestou serviços a Marcondes em quatro projetos. Falta explicar a natureza desses projetos.

A metamorfose da Zelotes deriva de descobertas ao longo das investigações sobre o esquema no **Carf**, principalmente a partir do aprofundamento das apurações sobre o relacionamento de Marcondes e Silva com a Caea e a Mitsubishi. As montadoras tinham dívidas que poderiam desaparecer após a renovação das leis de incentivo fiscal e a inclusão de alguns novos dispositivos. A renovação, acreditam Cajado e José de Paula, tinha o "sórdido objetivo" de "criar um fato novo que viria a fulminar" as dívidas tributárias da Mitsubishi.

A nova linha de investigação garantiu os holofotes à Zelotes. O desinteresse da mídia e do Judiciário havia sido apontado pelo procurador original do caso, Frederico Paiva, em uma

audiência pública na Câmara dos Deputados, em maio. Segundo ele, casos de corrupção no Brasil só escandalizam se há político no meio. "Quando atingem o poder econômico, não há a mesma sensibilidade", afirmara. O ex-governador paulista Cláudio Lembo havia dito coisa parecida à TV Gazeta dias antes. "O que aconteceu no Carf é gravíssimo, mas a imprensa não fala (...) Lá está o núcleo da minoria branca fazendo corrupção efetiva", mas "há um conluio nacional de preservação de quem está dentro do Carf."

O Jornal Nacional, da TV Globo, ilustra a opinião de Paiva e Lembo. Quando a Zelotes se tornou pública, em março, o telejornal veiculou reportagem de 2 minutos e 28 segundos. No dia das duas ações posteriores, noticiou em 30 segundos. Após a mais recente ação, o assunto ficou 7 minutos e 24 segundos no ar na segunda-feira 26. Destaque óbvio para o filho de Lula.

O comportamento da Justiça também é outro. O juiz original do caso, Ricardo Augusto Soares Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, tinha uma postura, digamos, cautelosa. Após autorizar grampos telefônicos e de e-mails, vetou sua prorrogação. Além disso, decretou sigilo do processo, jamais deu aval a pedidos de prisão e negou permissão para uma ação em 8 de outubro. Esta só saiu depois de um recurso do Ministério Público a instâncias superiores. Leite também se recusou a enviar ao Supremo Tribunal Federal as investigações referentes ao ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, procedimento recentemente determinado pela juíza Bernardes. Não surpreende o fato de o magistrado ter sido acionado na corregedoria do Tribunal Regional Federal por uma procuradora da República após a Zelotes ir às ruas em março. Por esse motivo, o caso passou às mãos de Bernardes.

A postura do juiz, diz um dos procuradores da força-tarefa, afetarà o desfecho da operação. A interrupção dos grampos, em 2014, impediu a produção de mais provas. As denúncias criminais terão valores inferiores ao seu potencial de 19 bilhões de reais, soma do montante de 74 processos sob suspeita no Carf.

A Mitsubishi é uma das mais enroladas, a ponto de seu presidente, Paulo Ferraz, e o antecessor, Eduardo de Souza Ramos, terem proposto em vão ao Ministério Público um acordo de delação premiada. Retransmissora da Globo no Rio Grande do Sul, a RBS devia 150 milhões de reais em um processo de 2009, depositou 11,9 milhões, entre 2011 e 2012, em uma conta da SGR e, em 2013, triunfou no Carf. A Gerdau livrou-se, em 2012, de 1 bilhão de reais em um julgamento com o voto favorável de José Ricardo da Silva. A JBS tinha três processos que somavam 180 milhões de reais, quando uma escuta telefônica flagrou um conselheiro do Carf a comentar sobre uma reunião que teria com a empresa para tratar de "honorários".

O setor bancário esbaldou-se. O Santander é protagonista de um caso no qual estariam "mais bem configurados os crimes de corrupção ativa e passiva", segundo Cajado. O banco discutia uma dívida de 5 bilhões de reais e, conforme grampos, pagou 500 mil a um conselheiro. O Safra teria gastado 28 milhões de reais em suborno para se livrar, em 2014, de um processo de valor dez vezes maior. Uma negociação feita por um integrante do conselho de administração, João Inácio Puga, revela, de acordo com a força-tarefa, "um

comprovado caso de corrupção ativa e passiva". HSBC, Brascan e até o Opportunity, do "famoso banqueiro Daniel Dantas", também se refestelaram.

Resta saber se a juíza terá o mesmo pulso firme com as empresas. Perfil para tanto ela parece ter. E da Associação Juízes para a Democracia, entidade progressista da qual foi dirigente. Em julho, cassou uma portaria do Ministério Público que liberava a compra de passagens de primeira classe para procuradores em viagem ao exterior, uma "mordomia", anotou no despacho. No ano passado, assinou um manifesto de magistrados e acadêmicos contra o trabalho voluntário na Copa do Mundo, descrito como exploração. Por outro lado, há quem aponte o fato de ela ser irmã de um prefeito do PSDB. A melhor forma de a magistrada afastar eventuais dúvidas sobre sua conduta é atuar com isenção e equilíbrio.

Época

A fortuna suspeita das estrelas do PT

Revista Época - 02/11/2015

THIAGO BRONZATTO

Há duas semanas, analistas do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, mais conhecido pela sigla Coaf, terminaram o trabalho mais difícil que já fizeram. O Coaf, subordinado oficialmente ao Ministério da Fazenda, é a agência do governo responsável por combater a lavagem de dinheiro no Brasil. Reúne, analisa e compartilha com o Ministério Público e a Polícia Federal informações sobre operações financeiras com suspeita de irregularidades. Naquela sexta-feira, dia 23 de outubro, os analistas do Coaf entregavam à chefia o Relatório de Inteligência Financeira 18.340. Em 32 páginas, eles apresentaram o que lhes foi pedido: todas as transações bancárias, com indícios de irregularidades, envolvendo, entre outros, os quatro principais chefes petistas sob investigação da PF, do Ministério Público e do Congresso.

Eis o quarteto que estrela o relatório: Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República, líder máximo do PT e hoje lobista; Antonio Palocci, ministro da Casa Civil no primeiro mandato de Dilma Rousseff, operador da campanha presidencial de 2010 e hoje lobista; Erenice Guerra, ministra da Casa Civil no segundo mandato de Lula, amiga de Dilma e hoje lobista; e, por fim, Fernando Pimentel, ministro na primeira gestão Dilma, também operador da campanha presidencial de 2010, hoje governador de Minas Gerais. O Relatório 18.340, ao qual ÉPOCA teve acesso, foi enviado a CPI do BNDES. As informações

contidas nele ajudarão, também, investigadores da Receita, da PF e do MP a avançar nas apurações dos esquemas multimilionários descobertos nas três operações que sacodem o Brasil: Lava Jato, Acrônimo e Zelotes. Essas investigações, aparentemente díspares entre si, têm muito em comum. Envolvem políticos da aliança que governa o país e grandes empresários. No caso da CPI do BNDES, os parlamentares investigam as suspeitas de que os líderes petistas tenham se locupletado com as operações de financiamento do banco, sobretudo as que beneficiaram o cartel de empreiteiras do petróleo.

Ao todo, foram examinadas as contas bancárias e as aplicações financeiras de 103 pessoas e 188 empresas ligadas ao quarteto petista. As operações somam - prepare-se - quase meio bilhão de reais. Somente as transações envolvendo os quatro petistas representam cerca de R\$ 300 milhões. Palocci, por exemplo, movimentou na conta-corrente de sua empresa de consultoria a quantia de R\$ 185 milhões. Trata-se da maior devassa já realizada nas contas de pessoas que passaram pelo governo do PT. Há indícios de diversas irregularidades. Vão de transações financeiras incompatíveis com o patrimônio a saques em espécie, passando pela resistência em informar o motivo de uma grande operação e a incapacidade de comprovar a origem legal dos recursos.

O Coaf não faz juízo sobre as operações. Somente relata movimentações financeiras suspeitas de acordo com a lei e regras do mercado, como saques de dinheiro vivo na boca do caixa ou depósitos de larga monta que não tenham explicação aparente. O Coaf recebe essas informações diretamente dos bancos e corretoras. Eles são obrigados, também nos casos previstos em lei, a alertar o Coaf de operações "atípicas" envolvendo seus clientes. É obrigação do Coaf avisar as autoridades sobre operações suspeitas de crimes. A lavagem de dinheiro existe para esquentar recursos que tenham origem ou finalidade criminosas, como pagamentos de propina. Não cabe ao Coaf estipular se determinada transação é ilegal ou não. Cabe a ele somente informar a existência dessa transação às autoridades competentes, caso essa transação contenha características de uma operação de lavagem de dinheiro. Foi isso que o Coaf fez no caso do quarteto petista. Cabe agora à PF, ao MP e ao Congresso trabalhar detidamente sobre as informações reveladas pelo Coaf.

A PREVIDÊNCIA
Dois meses após o início da Lava Jato, nos dias 29 de maio e 6 de junho de 2014, o ex-presidente Lula, então com 69 anos de idade, aplicou um total de R\$ 6,2 milhões num plano de previdência privada da Brasilprev, do Banco do Brasil. Por se tratar de um investimento de mais de R\$ 1 milhão no mercado segurador, logo acendeu um sinal de alerta no Coaf. A maior parte desse dinheiro investido tem como origem a empresa L.I.L.S. Palestras Eventos e Publicações, controlada pelo ex-presidente. A L.I.L.S., utilizada para receber pagamentos das palestras de Lula no Brasil e no exterior, também entrou na mira do órgão de inteligência financeira.

Entre 1º de abril de 2011 e 31 de maio de 2015, a empresa de palestras de Lula movimentou R\$ 52,3 milhões. Recebeu R\$ 27 milhões e transferiu R\$ 25,3 milhões. Entre os maiores clientes do ex-presidente está a Construtora Norberto Odebrecht, que bancou boa parte das viagens e palestras dele no exterior, em países onde a empreiteira possui obras financiadas com recursos do BNDES. Como revelou ÉPOCA, contratos e notas fiscais confidenciais mostram que a Odebrecht pagou R\$ 4 milhões ao ex-presidente entre contratações de eventos e despesas adicionais das viagens. É a maior patrocinadora de Lula.

A movimentação financeira do ex-presidente enviou outro alerta. Os agentes de inteligência financeira detectaram e relacionaram como digna de nota uma transferência de valores aparentemente menor, mas que chamou a atenção pelo destinatário. De acordo com

o Relatório 18.340, a empresa de palestras de Lula repassou R\$ 48 mil à empresa Coskin Assessoria e Consultoria Empresarial, de capital social de míseros R\$ 2 mil.

A consultoria pertence a Fernando Bittar, que no papel é dono de um sítio em Atibaia, interior de São Paulo, atribuído a Lula - propriedade sempre negada pelo ex-presidente. Trata-se da primeira prova material de uma relação financeira a unir Lula ao dono do sítio. Bittar é sócio de um dos filhos de Lula, que dividia escritório com um amigo do ex-presidente: o pecuarista José Carlos Bu-mlai, acusado de cobrar propina de empresas em nome do petista.

Da conta da L.I.L.S. no Banco do Brasil, estão registradas, ainda, transferências para o bolso do próprio Lula, no valor de R\$ 1,5 milhão, e para seus filhos. A que mais recebeu dinheiro foi Lurian Cordeiro Lula da Silva: R\$ 365 mil. Em seguida, está Luiz Cláudio Lula da Silva, dono da empresa LFT Marketing Esportivo, com R\$ 209 mil - ele é investigado na Operação Zelotes por ter recebido R\$ 2,4 milhões da quadrilha que comprava medidas provisórias no governo Dilma. A Flexbr Tecnologia, de Marcos Cláudio Lula da Silva, enteado do ex-presidente e vereador de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, recebeu R\$ 88 mil. Sandro Luiz Lula da Silva, outro filho do líder petista, embolsou R\$ 60 mil.

Tanto as entradas quanto as saídas de dinheiro na L.I.L.S. foram apontadas pelo Coaf como suspeitas. De acordo com o relatório, houve "movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente". O cliente, nesse caso, é Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de ter movimentado R\$ 52,3 milhões em créditos e débitos, o ex-presidente tem uma renda mensal de R\$ 3.753,36, de acordo com o órgão de inteligência do Ministério da Fazenda. Segundo fontes na Lava Jato, as transações financeiras da L.I.L.S. e do Instituto Lula, registrados no nome do ex-presidente, estão sendo investigadas na operação.

Procurada, a assessoria de imprensa do Instituto Lula não respondeu objetivamente às questões enviadas por ÉPOCA. Os advogados da família de Lula disseram que não vão se manifestar "sem terem acesso aos documentos que embasam as perguntas do repórter. Até porque o tema que pretende discutir é de natureza bancária, que é protegido por lei e pela Constituição Federal".

AS CONSULTORIAS DE PALOCCI

O ex-ministro da Casa Civil e da Fazenda Antonio Palocci ganha dinheiro, muito dinheiro, como consultor. Entre janeiro de 2008 e abril de 2015, a empresa do petista Projeto Consultoria Empresarial e Financeira, que tem quatro funcionários, e outras associadas a ele movimentaram R\$ 216,2 milhões. Desse total, R\$ 185,2 milhões estão relacionados a uma conta da Projeto. Devido ao grande fluxo de recursos, Palocci e sua consultoria foram alvo de ao menos 11 relatórios de inteligência financeira do Coaf. Todos apontaram transações suspeitas.

O mais recente deles, que mapeia o período de 20 de junho de 2011 a abril de 2015, afirma

que a consultoria de Palocci registrou entrada de R\$ 52,8 milhões em seu caixa. Embora não seja o maior irrigador das contas da Projeto, a relação do grupo automotivo Caoa com Palocci é a que chama, neste momento, mais a atenção dos investigadores do MP e da PF. A montadora é investigada tanto na Zelotes como na Acrônimo por suspeitas de compra de medidas provisórias e portarias do governo Lula e Dilma. O empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade, conhecido como Doutor Caoa e acrônimo de sua empresa, é cliente antigo de Palocci.

Entre julho e dezembro de 2010, quando o petista coordenava a campanha presidencial de Dilma e foi escolhido para ser o chefe da Casa Civil, a Caoa pagou R\$ 4,5 milhões a ele. O ex-ministro disse que foi contratado para ajudar a empresa a procurar um parceiro chinês. No entanto, Palocci só viajou para a China em outubro de 2013, quatro meses após o fim de seu último contrato com a Caoa. Em março de 2010, o grupo automotivo foi beneficiado com a conversão em lei da Medida Provisória 471. Segundo investigações da Zelotes, a Caoa participou de um esquema de lobby no governo e no Congresso para aprovar essa MP. Naquele momento, Palocci era deputado federal - e tinha uma boa articulação com o governo e o Congresso.

Entre junho de 2012 e junho de 2013, já no setor privado, a consultoria de Palocci voltou a receber dinheiro da Caoa. A empresa do ex-ministro embolsou R\$ 5,3 milhões da montadora. Ao longo de 2013, foi discutida no governo e no Congresso a renovação dos benefícios fiscais concedidos em 2010. Em maio de 2014, esses benefícios viraram lei. O MPF suspeita que a Caoa tenha atuado no "submundo da compra de legislação".

A maior parte dos recursos que ingressaram na firma do ex-ministro, porém, provém das contas do bilionário Edson de Godoy Bueno, dono da rede de laboratórios Dasa - que pagou R\$ 20 milhões pelos conselhos do petista. Em outubro de 2012, Bueno vendeu por R\$ 6,5 bilhões sua participação na operadora de plano de saúde Amil para a americana UnitedHealth. Para fechar esse negócio, aprovado em apenas 15 dias pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, o empresário contou com a assessoria de Palocci. "Ele é um gênio. Na negociação com os gringos da UnitedHealth, ele deu um show. Foi melhor que os banqueiros e advogados. Ele entende muito de avaliação de empresa", diz Edson Bueno.

Foi exatamente por causa de suas consultorias que Palocci caiu da Casa Civil em sua última passagem pelo governo. O ex-ministro havia multiplicado seu patrimônio em 20 vezes prestando serviços para grandes empresários ao longo do segundo mandato de Lula. Hoje, esses valores são uma fração, segundo os analistas financeiros, das movimentações efetuadas por Palocci.

Em abril deste ano, ÉPOCA revelou uma investigação de improbidade administrativa do MPF. Os procuradores encontraram indícios de que o ex-ministro da Casa Civil prestou consultorias de fachada para grandes empresas durante seu mandato como deputado e em meio à campanha presidencial de Dilma em 2010. No período eleitoral daquele ano, no intervalo de apenas um mês, entre maio e junho de 2010, a Projeto recebeu uma bolada de R\$ 15,6 milhões. Um de seus clientes era o grupo Pão de Açúcar. A companhia varejista,

que era tocada por Abilio Diniz, pagou R\$ 5,5 milhões para Palocci, utilizando como intermediário o escritório de advocacia do criminalista Márcio Thomaz Bastos, morto em novembro de 2014. Após uma auditoria realizada na empresa, não foi identificado nenhum tipo de prestação de serviço do ex-ministro. De acordo com relatório do Coaf obtido por ÉPOCA, Abilio pagou mais R\$ 1,8 milhão para a Projeto por meio da Paic Participações, empresa da família Diniz, após Palocci ter deixado o Planalto.

Os procuradores da Lava Jato analisam atentamente o fluxo de dinheiro nas contas de Palocci e da Projeto. Em julho deste ano, a PF abriu uma investigação para apurar se o ex-ministro pediu R\$ 2 milhões a Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, para a campanha de Dilma em 2010. Em delação premiada, o lobista Fernando Baiano confirma que o dinheiro do petrolão foi entregue, a ido de Palocci, para o comitê eleitoral em Brasília.

De acordo com o relatório do Coaf, esde que saiu do governo Palocci repassou R\$ 8,4 milhões da Projeto para sua ta bancária pessoal. Uma parte do eiro, R\$ 2,9 milhões, foi destinada a filha para aquisição de um aparta-to. Outra soma expressiva foi enviada ao designer de interiores irlandês Fergal Patrick Prendergast, que atua no Rio de Janeiro - o designer não quis explicar ao banco a razão do depósito. Foi uma transação imobiliária de R\$ 1,4 milhão. No dia 27 de agosto de 2012, o ex-ministro comprou três apólices de seguro no valor total de R\$ 1,02 milhão. Palocci também fez aplicações no valor de R\$ 4,5 milhões. As operações financeiras envolvendo Palocci e sua empresa Projeto foram enquadradas pelo Coaf como "movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente".

Palocci, por meio de seu advogado José Roberto Batochio, confirma que sua empresa, a Projeto, prestou consultorias econômicas para a Caoa, para Abilio Di-niz e para Edson Bueno. "Não há relação alguma entre o serviço prestado pela Projeto para a Caoa e a aprovação de medidas provisórias", afirma Batochio. Sobre seguro de vida contratado pelo ex-ministro, o advogado disse que Palocci fez a operação porque teve a consciência que é "humano e mortal". Em relação às acusações de Baiano, o criminalista afirmou: "É mentira já desmascarada pelo personagem Paulo Roberto Costa", diz. Procurada, a Caoa afirma que "nem Antonio Palocci e nem qualquer outra pessoa jamais atuou pela empresa na tramitação ou edição de qualquer medida provisória". Sobre as consultorias prestadas pela Projeto, a companhia reitera que "não possui parceria e nem contrato com nenhuma das duas empresas citadas" e que a empresa de Palocci prestou "consultoria para a Caoa em dois períodos, de 2008 a 2010 e 2012 a 2013, nas áreas de planejamento estratégico, econômico, financeiro e relações internacionais". Abilio Diniz disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que Palocci produziu relatórios econômicos e políticos como outra consultoria qualquer.

O SAQUE DE PIMENTEL

No dia 19 de dezembro de 2014, dois meses após vencer as eleições para o governo de Minas Gerais, Fernando Pimentel fez um saque de R\$ 150 mil em sua agência do Banco do Brasil em Belo Horizonte. A quantia em dinheiro vivo acabou acendendo o sinal de

alerta do Coaf. Até mesmo porque se tratava de um momento sensível para Pimentel. As contas de sua campanha haviam sido rejeitadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas. Apresentavam R\$ 10 milhões a mais em despesas do que os R\$ 42 milhões declarados. (O caso está sendo avaliado no Tribunal Superior Eleitoral.)

Na análise das movimentações de Pimentel, os investigadores anotam um comportamento atípico do governador no caso do saque de R\$ 150 mil: "Parte destas comunicações foi reportada porque o titular apresentou resistência na apresentação de informações, ou fornecimento de informações incorretas, relativas à identificação ou à operação".

A Polícia Federal também investiga se o comitê petista mineiro recebeu recursos ilícitos de contratos assinados entre órgãos públicos e as empresas de Benedito Rodrigues de Oliveira, amigo de Pimentel que foi preso com R\$ 113 mil em espécie dentro de um avião em outubro de 2014, no auge das eleições. Benedito Rodrigues, conhecido como Bené, movimentou em suas contas, segundo o Coaf, R\$ 8,5 milhões entre 2007 e 2015. De agosto de 2014, véspera da campanha, até janeiro deste ano, ele movimentou R\$ 1,9 milhão. A PF suspeita que o empresário tenha participado de um esquema de lavagem de dinheiro para a campanha de Pimentel.

O governador mineiro já foi alvo de outras comunicações do Coaf. Entre 2009 e 2014, Pimentel aplicou R\$ 676.588 no mercado de seguros, sem explicar a origem dos recursos ou a razão da transação. Em outro relatório, entel acabou entrando na mira do devido ao fluxo financeiro da rede lojas especializada em tapetes Belo-Horizonte Couros, administrada por sua família. Entre dezembro de 2009 e maio 2010, houve uma movimentação no valor de R\$ 2,2 milhões, considerada atípica. Não há registro se esses apomenentos foram ou estão sendo investigados pelas autoridades brasileiras. Os advogados de Fernando Pimentel, Antônio Carlos de Almeida Castro e Pierpaolo Cruz Bottini, afirmaram que o "governador apresentará todos os esclarecimentos assim que as informações mencionadas forem disponibilizadas nos autos do inquérito e que a defesa desconhece a origem e o conteúdo dos documentos". "O governador reafirma jamais ter participado de qualquer ato ilícito, colocando-se, como sempre o fez, à disposição para todo e qualquer esclarecimento, sempre que apresentados os documentos nos quais se fundam as supostas acusações." Já em relação às contas de campanha, os advogados de Pimentel disseram que seu cliente "confia que o TSE vai aprová-las após a conclusão do processo".

OS REPASSES DE ERENICE

Logo após cair da Casa Civil, em setembro de 2010, quando veio a público que ela montara uma tenda de negócios no Palácio do Planalto, Erenice Guerra subiu na vida. Com a ascensão de sua ex-chefe Dilma Rousseff, de quem fora braço direito no governo Lula, Erenice virou uma das lobistas mais desejadas de Brasília. Não tardou a frequentar o banco de dados do Coaf.

Primeiro, os agentes de inteligência financeira confirmaram a materialidade do esquema

que Erenice montara quando ainda estava no governo. A Capital Assessoria e Consultoria Empresarial, de Saulo Dourado Guerra, filho da ex-ministra, e Sônia Elizabeth de Oliveira Castro, mãe de um assessor da Casa Civil de Lula, recebeu R\$ 209 mil entre dezembro de 2009 e setembro de 2010. Esse é o saldo do pagamento de propina realizado pelo empresário Fábio Baracat, a quem Erenice prometera vantagens indevidas na Agência Nacional de Aviação Civil e nos Correios. "A movimentação foi enquadrada no seguinte indício de atipicidade: "retirada de quantia significativa de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolheu depósito inusitado"", diz o Coaf.

Embora seja lobista, Erenice se apresenta como advogada. Tem até escritório: Guerra Advogados Associados. A banca chamou a atenção do Coaf ao movimentar R\$ 23,3 milhões entre agosto de 2011 e abril de 2015, sendo R\$ 12 milhões a crédito e R\$ 11,3 milhões a débito. Assim como Palocci, Erenice costuma receber seus honorários por intermédio de um escritório de advocacia. Nesse caso, quem repassa os recursos para a ex-ministra é Eduardo Antônio Lucho Ferrão - que transferiu R\$ 3,5 milhões à banca de Erenice num contrato de consultoria. Outra fonte importante de recursos foi a empreiteira Engevix, que participou do cartel do petrolão.

A empresa desembolsou R\$ 1,2 milhão pelos serviços da ex-ministra. Do dinheiro que saiu do caixa do escritório Guerra Advogados Associados nos últimos cinco anos, R\$ 2,7 milhões foram destinados à empresa AMC W Assessoria e Contabilidade, do contador José João Appel Mattos, suspeito pela PF de lavar dinheiro de petistas e advogados de Brasília - inclusive o antigo escritório de Ferrão. Na lista de beneficiários da Guerra Advogados Associados também consta Silas Rondeau, ex-ministro de Minas e Energia, que recebeu R\$ 218 mil. Erenice e Silas foram citados nas investigações da Zelotes. Em depoimento no Congresso, um dos acusados disse que ambos freqüentavam semanalmente o escritório de José Ricardo da Silva, um dos principais lobistas do esquema na Receita. Erenice e José Ricardo trabalharam juntos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Carf, pela empresa chinesa de telecomunicações Huawei. De acordo com o Coaf, as movimentações financeiras do escritório de Erenice são suspeitas pelo "alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros". Procurada, Erenice disse que não fala com a imprensa.

Nas próximas semanas, deputados da CPI do BNDES deverão pedir mais informações e reforçar o pedido de convocação dos personagens mencionados nesta reportagem. O deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) tem reforçado a importância de ouvir Lula sobre as suspeitas de lobby internacional em favor das construtoras que receberam recursos do banco estatal. "O ex-presidente usou sua influência para favorecer algumas empresas e alguns segmentos econômicos. Ele precisa dar esclarecimentos para a sociedade sobre isso, porque isso é grave", afirma ele. O sub-relator Alexandre Baldy (PSDB-GO), que já apresentou requerimentos de convocação de Lula, disse que a CPI precisa buscar entender se o dinheiro recebido pela LFT, de Luiz Cláudio Lula da Silva, e pela L.I.L.S. tem alguma relação com os pagamentos das palestras contradas pelas empreiteiras que têm obras financiadas pelo BNDES no exterior. "É importante que o filho de Lula também seja investigado e que venha prestar esclarecimentos na comissão, como fez o sobrinho do ex-

presidente, Taiguara Rodrigues dos Santos", disse. O vice-presidente da CPI do BNDES, Miguel Haddad (PSDB-SP), afirma que o ex-ministro Antonio Palocci deverá explicar por que recebeu pagamentos do frigorífico JBS no mesmo ano em que comprou o Bertin e recebeu um aporte bilionário do BNDES. "Queremos saber se Palocci atuou em favor da JBS junto ao BNDES", afirmou. O presidente da CPI do BNDES, Marcos Rotta (PMDB-AM), disse que outros nomes deverão surgir ao longo do trabalho da comissão, como o de Bené e Bumlai. "Eles sempre estão no foco. Mas seria interessante se as pessoas que estão sendo questionadas tomassem a iniciativa de esclarecer os fatos", disse.